

# A constituição da capacidade de cuidar<sup>1</sup>

## The constitution of the capacity of taking care

Ariadne Alvarenga de Rezende Engelberg de Moraes

Sociedade Brasileira de Psicanálise Winnicottiana

E-mail: ariadne.moraes@uol.com.br

**Resumo:** A capacidade de cuidar está, de acordo com Winnicott, associada às capacidades de *envolvimento com* e de *responsabilidade por*, que por sua vez são conquistas do amadurecimento pessoal. Aproximar Gilligan e Winnicott permite demonstrar que Winnicott solucionou a questão intuída, mas não resolvida por Gilligan, de ser a constituição dessas capacidades uma condição universal, comum a homens e mulheres, sendo a conquista do concernimento a base dessas capacidades.

**Palavras-chave:** Winnicott, Gilligan, ética do cuidado, moral, psicanálise.

**Abstract:** According to Winnicott, the capacity of taking care is connected with the capacity of being *involved with* and *responsible for*, which in turn is accomplished in individual maturation. Bringing Gilligan and Winnicott closer allows me to show that the psychoanalyst sees the constitution of these capacities as a universal condition, common to both men and women, and the achievement of concern is the base of these capacities.

**Keywords:** Winnicott, Gilligan, ethic of care, moral, psychoanalysis

---

<sup>1</sup> Este artigo teve como base o texto apresentado no “XVI Colóquio Winnicott Internacional”, ocorrido na PUC-SP, em maio de 2011.

## 1. A visão de Gilligan

O ponto de partida de Carol Gilligan<sup>2</sup> para uma pesquisa sobre a concepção da moralidade e ética foi a observação de que as mulheres são excluídas dos estudos teóricos e das pesquisas psicológicas sobre o assunto. Investigando o tema, Gilligan concluiu que, em razão de os teóricos do desenvolvimento adotarem “a vida masculina como norma” (Gilligan, 1982, p. 16), a compreensão de que a diferença entre a experiência das mulheres e dos homens a esse respeito, costuma ser tratada pela bibliografia psicológica como “um problema no desenvolvimento das mulheres” (Gilligan, 1982, p. 11).

Gilligan constatou, ao fazer uma revisão dos teóricos do desenvolvimento, como Freud, Nancy Chodorow, Janet Lever, Piaget, Erik Erikson, entre outros, que uma proposição comum a eles é a de que entre homens e mulheres há diferenças no modo de experienciar a moralidade e a apreensão das regras, em razão de as mulheres serem mais sensíveis aos relacionamentos pessoais e os homens mais orientados para o social. Para Gilligan, o ponto problemático dessa conclusão, independentemente de haver ou não diferenças nesse sentido, é o entendimento de que essa diferença ocorre em virtude de falhas no desenvolvimento psicoemocional da mulher.

Por essa razão, Gilligan não concorda com esses estudos e está convicta de que, entre os teóricos do desenvolvimento, Freud merece lugar de destaque como o autor que projetou a imagem masculina como norma para a teorização sobre a moralidade. A partir dos questionamentos que Gilligan faz a Freud, rapidamente apontarei como o fato de Freud ocupar-se do desenvolvimento psicosssexual interferiu em sua compreensão do tema moralidade e vem, desde então, influenciando também a compreensão da temática na psicologia e psicanálise. O objetivo de fazer esse caminho é aproximar Gilligan e Winnicott e mostrar como Winnicott avançou nesse sentido quando definiu a capacidade para ser moral como uma conquista do desenvolvimento emocional, delineando, portanto, que as diferenças entre homens e mulheres relativas a essa conquista devem ser compreendidas em termos da história do amadurecimento pessoal, e não mais como uma questão de gênero.

---

<sup>2</sup> Autora do livro *In a different voice – psychological theory and women’s development*, publicado em 1982 pela Harvard University Press e publicado no Brasil pela Editora Rosa dos Tempos Ltda., sob o título *Uma voz diferente – a psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta*.

Segundo, então, a linha de raciocínio de Gilligan, vemos que Freud “elaborou sua teoria do desenvolvimento psicosssexual em torno das experiências da criança masculina que culminam no complexo de Édipo” (Gilligan, 1982, p. 16). Esse fato, diz Gilligan, trouxe dificuldades para Freud, que precisou encontrar soluções tanto para as contraposições surgidas à sua teoria em razão da diferença na anatomia feminina como também para esclarecer a “diferente configuração dos primeiros relacionamentos familiares da menina” (Gilligan, 1982, p. 16).

Gilligan assinala que Freud, “após tentar o ajustamento das mulheres à sua concepção masculina, vendo-as como invejosas do membro que lhes faltava”, recuou e passou “a reconhecer uma diferença desenvolvimental na força e persistência dos apegos pré-edípicos das mulheres às suas mães” (Gilligan, 1982, p. 16), considerando essa diferença no desenvolvimento das mulheres como a responsável pelo que via como “falha desenvolvimental das mulheres” (Gilligan, 1982, p. 17). Mais tarde, ao vincular a formação do superego à ansiedade de castração, Freud “considerou as mulheres como sendo privadas pela natureza do ímpeto de uma completa solução edípica”. Disso resultaria que o superego da mulher ficaria prejudicado, não podendo ser, por isso, “tão inexorável, tão impessoal, tão independente de suas origens emocionais” como se esperaria que o do homem fosse. Por essa razão, para Freud, as mulheres mostram menos senso de justiça, estão menos prontas a sujeitar-se às exigências da vida e são mais frequentemente influenciadas em seus julgamentos por sentimentos de afeição ou hostilidade. Tendo feito essas considerações, Gilligan é taxativa em sua avaliação sobre a teoria da moralidade em Freud. Ela diz: “assim é que um problema na teoria transformou-se em problema no desenvolvimento das mulheres” (Gilligan, 1982, p. 17).

Ao verificar que a tendência de usar o masculino como referência para o estudo da moralidade era comum aos teóricos do desenvolvimento, inclusive entre Piaget e Erikson, Gilligan estabeleceu como objetivo de sua pesquisa “ampliar a compreensão do desenvolvimento humano” (Gilligan, 1982, p. 13) no que diz respeito à moralidade. Ela considerou que expor o ponto de vista até então omitido nesses estudos – ou seja, a visão da mulher – seria um meio de fornecer fundamentos sobre os quais poderia gerar uma nova teoria que representasse “uma perspectiva mais abrangente das vidas de ambos os sexos” (Gilligan, 1982, p. 13). Para ela, os contrastes entre as vozes femininas e masculinas que surgiram no estudo serviriam para “aclara uma distinção entre dois modos de pensar [definidos por ela como moral ligada ao cuidado e moral ligada à lei] e

focalizar um problema de interpretação, mais do que representar uma generalização sobre ambos os sexos” (Gilligan, 1982, p. 12).

## **2. Convergências e divergências entre Gilligan e Winnicott**

No entanto, embora Gilligan reconheça “a necessidade de uma teoria desenvolvimental ampliada” que permitisse entender, em ambos os sexos, “as características precursoras de uma concepção moral adulta”, considerações que a aproximam de Winnicott, suas pesquisas estiveram focadas sobre “as concepções do eu e de moralidade” (Gilligan, 1982, p. 116) para mulheres. Assim, vemos que, ao priorizar a voz feminina, ela, de alguma forma, permaneceu no mesmo modo de análise dos autores criticados por ela. Isto é, apesar de Gilligan realçar que a voz diferente que procurava definir com seu estudo estava relacionada ao tema moralidade, e não às diferenças na experiência da moralidade em termos de gênero, suas pesquisas reproduziram a tendência de discutir o tema como uma questão de gênero. Talvez por isso inadvertidamente a assertiva de que “a lógica subjacente a uma ética do cuidado é uma lógica psicológica dos relacionamentos, que contrasta com a lógica formal da equanimidade, que dá corpo ao enfoque da justiça” (Gilligan, 1982, p. 84), tem sustentado desde então a divisão entre ética do cuidado e ética da justiça como características distintas de mulheres e homens no que se refere a moral, cuidado e julgamento.

Essas ressalvas não retiram o valor do estudo de Gilligan. Pelo contrário, a convicção da autora de que a moralidade faz parte do desenvolvimento pessoal, e não do desenvolvimento psicosssexual, como defendia Freud, e que, portanto, não deveria ser tratada como uma questão de gênero, como propuseram E. Erikson e Piaget, nos abre a possibilidade de aproximação de seu trabalho com o pensamento de Winnicott. Pode-se considerar como ponto de afinação entre os autores a seguinte afirmação de Gilligan:

[...] um entendimento da psicologia dos relacionamentos humanos progressivamente mais adequado – uma diferenciação cada vez maior do eu e do outro e uma compreensão crescente da dinâmica da interação social – dá corpo ao desenvolvimento de uma ética do cuidado. Essa ética, que reflete um conhecimento cumulativo dos relacionamentos

humanos, progride em torno de uma visão central, de que o eu e o outro são interdependentes. (Gilligan, 1982, p. 85)

Reconhecendo que o existir acontece como um compartilhamento de experiências, Gilligan, em uma linha parecida com a de Winnicott, admite que “a atividade do cuidado robustece tanto os outros como o eu” (Gilligan, 1982, p. 85), e também entende que a violência é destrutiva para todos, de modo que para ela “é a linguagem da consciência do eu e da responsabilidade que define o problema moral como o da obrigação de exercer cuidado e evitar dano” (Gilligan, 1982, p. 84).

O entendimento de que a interdependência entre o eu e o outro, que pressupõe, de antemão, a existência de um eu e o reconhecimento gradativo de um não-eu como fundamento para a experiência da moralidade pessoal nos remete à teoria do amadurecimento de Winnicott. Essa teoria preconiza a existência de uma moralidade inata, que se constitui e se consolida como uma moralidade pessoal apenas quando certas condições de facilitação permeiam a relação do bebê com sua mãe. Portanto, para Winnicott, a condição de ser moral é uma conquista do amadurecimento, e a origem da capacidade para ser moral tem caráter relacional, ou seja, não se origina da educação nem da interdição, e, por ser assim, é uma possibilidade inicial comum para bebês de ambos os sexos.

Aproximar Gilligan e Winnicott permite mostrar como o psicanalista solucionou a questão intuída – mas no meu entender não resolvida – por Gilligan de que a capacidade moral faz parte do desenvolvimento pessoal. Também abre a possibilidade de sinalizar como Winnicott, de posse de outro olhar, ocupado em compreender o desdobramento da natureza humana, mais uma vez inovou ao construir uma teoria da moralidade apoiada em sua teoria do amadurecimento pessoal.

### **3. Desenvolvimento da capacidade de ser moral**

Para introduzir o pensamento de Winnicott acerca desse assunto, lanço mão da resposta dada por ele a uma carta de J. D. Collison, da Tanzânia, na qual Winnicott faz considerações sobre o tema moralidade. Primeiro ele define sua predileção pelo termo “inato” (moralidade inata) em lugar de “congenito”, por considerar que “inato” deixa em aberto “a elaboração de um conceito de tendências herdadas” que podem não ser alcançadas, pois de acordo com o seu pensamento a tendência inata não opera sozinha,

mas é dependente de um ambiente que a facilite. Segundo, aplica esse princípio ao tema da moralidade dizendo:

[...] eu não poderia dizer que os princípios de certo e errado são congênitos. Contudo, não acredito que possam ser ensinados ou, se o puderem, não são muito úteis. *No meio*, encontra-se a ideia de que os bebês e as crianças alcançam alguma espécie de moral pessoal, na medida em que encontram a si mesmos e começam a ter um senso de existência pessoal e de autoconhecimento [...]. Enquanto os processos de desenvolvimento estão avançando na criança individual naquilo que chamo de processo de maturação, a criança é capaz de encontrar soluções temporárias em termos de identificações, de ser como a mãe ou como o pai ou alguma outra pessoa do ambiente. Por outro lado, *a moralidade final*, deve ser uma moralidade pessoal, e não simplesmente algo que é tomado aos pais. (Winnicott, 1987b/1990b, p. 162)

Por entender a novidade de suas ideias, Winnicott dedicou vários artigos e passagens em seus livros à questão do desenvolvimento da moral. Em uma palestra para mães em 1960 (Winnicott, 1987b/1999a, p. 27), ele apresenta, em linguagem acessível, a ideia de que o desenvolvimento da moralidade e do ensino do “não” acontece em três etapas. Primeiro, a fase em que a mãe é totalmente responsável por tudo o que acontece ao bebê. Depois vem a fase em que a mãe começa a transmitir o “não”, por reconhecer o alvorecer da inteligência e da capacidade do bebê de separar o que a mãe permite do que ela não permite. Winnicott destaca que, nessa fase, embora a mãe faça a apresentação de sua visão de mundo à criança ao dizer alguns “nãos”, isso ainda não implica estar lidando com o certo e o errado do ponto de vista moral. Para ele, os “nãos” dados pela mãe nessa época apenas indicam ao bebê de quais perigos ela quer protegê-lo, não podendo tais intervenções ser avaliadas como parte de um processo educativo formal. Para Winnicott, são esses nãos, dados pela mãe como expressão de cuidado, que constroem uma base para que a criança alcance a fase em que a linguagem terá lugar, e a explicação verbal sobre o que é certo e errado adquirirá sentido.

Mais adiante, ainda na mesma palestra, Winnicott retoma o tema e acrescenta que as três fases mencionadas podem ser descritas de outra maneira: “no princípio é

uma questão de cuidado materno e dependência do bebê, algo como fé”, que garantirá ao bebê a conquista da capacidade de *crença em*. Com essa base estabelecida, há espaço para que “a versão da moralidade da mãe”, ou seja, os não protetores que expressam cuidado, possam ser introduzidos. A fase da versão de moralidade da mãe subsistirá “até que a criança desenvolva uma moralidade pessoal”, isto é, até chegar o momento no qual compreenda o que é bom e mau, certo e errado na relação com a mãe. Alcançando esse estágio de amadurecimento, o bebê será capaz de saber como experienciar sua agressividade e como arrumar os eventuais estragos realizados no relacionamento com a mãe. Por fim, diz Winnicott, sendo o bebê já capaz de dar sentido às explicações verbais e com condição pessoal de escolha e discernimento, ele se torna capaz de ter um relacionamento responsável com a mãe (cf. Winnicott, 1987b/1999a, p. 47). A partir de então, será até capaz de proteger a mãe de sua destrutividade.

Como se vê, Winnicott descreve a teoria do amadurecimento moral em termos de experiência de cuidado da mãe para com o bebê, experiência esta que promove a construção de um sentimento de confiança e segurança, algo nomeado por ele de *crença em*, que constitui o solo para o desenvolvimento tanto do sentido de bom e mau como de um código moral pessoal. Esse código moral pessoal, que se origina do amadurecimento e depende de o bebê ter conquistado a posição de saber que ele é separado do outro, sendo por isso responsável pelo modo como interage com esse outro, é que o capacitará a compartilhar a vida a partir de uma ética do cuidado. Entretanto, realça Winnicott, essas conquistas só se configuram como tais caso sejam desde o início uma experiência contínua do verdadeiro si mesmo. Diz Winnicott: “a base da moralidade é a experiência fundamental do bebê de ser o seu próprio e verdadeiro eu, de continuar sendo” (Winnicott, 1987b/1999a, p. 121).

Então, como em todos os outros aspectos ligados à estruturação da personalidade e à integração do ego, Winnicott define que a moralidade pessoal é uma questão do desenvolvimento, e que não ocorrerá em uma linha da saúde quando as condições ambientais iniciais forem confusas, desorganizadas, não favorecedoras da continuidade de ser. Ele é claro em dizer que “a ideia das origens do indivíduo deve levar em consideração o momento em que uma criança sente-se responsável por suas ideias e ações” (Winnicott, 1987a/1988, p. 49). Esse momento, de acordo com ele, acontece naturalmente quando a sensibilidade da mãe para com o bebê facilita e incentiva “as tendências inatas para a moralidade”, preservando “as raízes do senso

moral pessoal do bebê” (Winnicott, 1964a/1982, p. 107), de modo que a noção de bom e mau, certo e errado, possa ser gradativamente integrada à personalidade.

A opção, quando a provisão ambiental falha, tornando o bebê incapaz ou parcialmente capaz para o envolvimento, a *preocupação com*, a responsabilidade e a capacidade para o remorso, é inculcar mediante ensino e treinamento um código moral externo que subjugará o verdadeiro si mesmo, mantendo a linha do amadurecimento moral interrompida. A moralidade, quando externa, resultante unicamente da educação e do treino e vinculada à submissão do verdadeiro si-mesmo, tem, segundo Winnicott, pouco valor. A pessoa viverá em sociedade, mas se relacionará unicamente a partir da ética da lei, sem que o certo ou errado tenham qualquer nuance pessoal.

O desenvolvimento do código moral pessoal é um ponto central da teoria da moralidade. Assim, tendo o bebê mantido as raízes do senso moral salvaguardadas em razão da sensibilidade materna e conquistado a *crença em*, ele alcança a fase do amadurecimento, em que reconhece que “os impulsos para atacar e destruir e os impulsos para dar e compartilhar estão relacionados” (Winnicott, 1964a/1982, p. 108) e fazem parte da experiência do continuar existindo. A possibilidade de esses impulsos atenuarem uns os efeitos dos outros depende de que algumas condições ambientais sejam mantidas para que a capacidade de responsabilizar-se por seus instintos e pelo resultado deles no relacionamento com o outro seja conquistada. Winnicott esclarece: “o que estou descrevendo é, de fato, a gradual formação na criança de uma capacidade para adquirir o sentido de responsabilidade, o qual, na sua base, é um sentido de culpa” (Winnicott, 1964a/1982, p. 108) ou concernimento.

#### **4. A questão da agressividade e a conquista do concernimento**

Winnicott entende que alcançar a responsabilidade (culpa ou senso moral) no amadurecimento é um momento extremamente delicado do desenvolvimento pessoal, porque é nessa fase que o bebê apercebe-se da pessoalidade dos impulsos agressivos, compreende que a mãe é uma pessoa como ele e começa a se dar conta de que existem dois usos inteiramente diferentes da mãe (impiedoso e calmo), dependendo de ele estar excitado ou tranquilo. Por esse tempo o bebê começa também a ter um embrionário interesse pelos resultados das experiências instintivas, ou melhor, desperta para o entendimento a respeito do que de fato acontece entre ele e a mãe. O problema para ele é que, no momento em que essas percepções começam a se organizar, ele ainda não é

capaz de suportar “o peso da culpa e do medo” decorrente do reconhecimento de sua agressividade e, justamente pela imaturidade, surgem para ele dificuldades associadas à experiência instintiva, que são experienciadas como ansiedades.

Ao passo que o estado de integração vai se configurando como algo mais estabelecido e o bebê identifica a mãe como uma pessoa separada dele, esse interesse inicial pelos resultados da experiência instintiva, vivido primeiramente como ansiedades, vai lentamente se convertendo em alguma forma de *preocupação com a mãe*. Esse sentimento de preocupação ou culpa *emerge* assim que há, na mente do bebê, a junção da mãe-ambiente com a mãe-objeto, e está relacionado à ideia recém-elaborada de que há destruição quando o amor está atuando, e se *efetiva* como culpa pessoal, preocupação ou concernimento quando o bebê conquista o estado de Eu Sou. Ciente de que sua mãe é uma pessoa tal qual ela, a criança passará a se importar com o que acontece com a mãe sempre que a usar nos momentos de excitação e procurará meios de protegê-la de sua agressividade, por exemplo, isolando a agressividade do apetite.

Quando a criança assimila os impulsos instintivos como pessoais e conquista o concernimento ou culpa pessoal, a *preocupação com* será o referencial para dar continuidade à sua capacidade de interagir com outras pessoas e de estabelecer relações afetuosas. Como ele mesmo afirma:

[...] a criança saudável tem uma fonte própria de culpa, e não precisa ser ensinada a sentir culpa ou compaixão. Obviamente, uma certa parte das crianças não é saudável neste sentido, não alcançou a posição depressiva, e precisa que lhe ensinem a distinguir entre o certo e o errado [...]. Teoricamente, pelo menos, toda criança tem o potencial de desenvolver um sentimento de culpa. Clinicamente encontramos crianças destituídas desse sentimento, mas não há criança humana incapaz de encontrar um sentimento pessoal de culpa se lhe for dada a oportunidade, antes que seja tarde demais, para alcançar a posição depressiva. (Winnicott, 1958a/2000, pp. 365-366)

Esta e muitas outras passagens na obra de Winnicott evidenciam a importância da conquista do concernimento como condição para consolidar o amadurecimento pessoal na linha da saúde, também no que diz respeito à conquista de uma moralidade pessoal. Sempre é importante lembrar que uma característica central dessa conquista é

ela acontecer ainda no interior da relação dual, isto é, da relação mãe-bebê. Por essa razão, para conquistar o concernimento ou culpa pessoal, a criança ainda precisa contar com a habilidade da mãe, agora para sustentar a situação no tempo, ou seja, para sustentar a situação do cuidado pelo período de tempo necessário para que ela realize a complexa experiência de integrar a sua destrutividade, árdua tarefa que acontece entre os seis meses e os dois anos. É exatamente nesse período que o “não” da mãe tem o sentido de proteção e é usado nas situações de perigo às quais uma criança que começa a explorar o mundo está exposta. Esses “nãos” também têm o sentido de proteger a mãe das experiências iniciais de oposição do bebê, como também dos beijos e abraços e demonstrações de afetos por vezes desajeitados e que machucam. A mãe sobrevivendo e sustentando a situação no tempo, as tarefas maternas referentes ao estágio do concernimento, favorece a integração da destrutividade e da instintualidade.

Do ponto de vista winnicottiano, a agressividade está envolvida na experiência de construção do sentido de realidade e de existir do bebê, na experiência de tornar o objeto parte da realidade externa, na condição de criar um mundo de realidade compartilhada, assim como é uma das raízes da construtividade. A capacidade para ser construtivo regerá os relacionamentos interpessoais e só poderá ser experienciada de modo pessoal e criativo quando a pessoa integrar a destrutividade como parte do si-mesmo. Somente nesse caso a construtividade pode ser entendida como a parte da agressividade que se transforma em um anseio pessoal por dar, cuidar, construir e reparar, que observamos no brincar criativo das crianças e no trabalho com sentido dos adultos. Tudo isso tem sua base na experiência fundamental do bebê de ser o seu próprio e verdadeiro eu e na gradual formação na criança de uma capacidade para adquirir o sentido de responsabilidade, o qual, em sua base, é um sentido de culpa.

A integração da destrutividade, ou seja, a aceitação pelo bebê de sua potência e agressividade<sup>3</sup> é uma tarefa difícil, porque, quando o bebê alcança o estágio do concernimento, seu ego ainda é imaturo, ou melhor, seu estado de integração é muito inicial, ainda não consolidado e por isso frágil. Parte das dificuldades enfrentadas pelo bebê nesse período diz respeito à dúvida sobre se a destrutividade agora reconhecida como sua será aceita por esse ego imaturo. Ou seja, se o estado de integração recém-

---

<sup>3</sup> Esse é mais um ponto que permite avaliar as diferenças entre Freud e Winnicott. Potência e aceitação da potência para Winnicott não podem ser descritas somente a partir do desenvolvimento da sexualidade. A potência de uma pessoa está ligada à esperança em poder recuperar-se da culpa causada pelas ideias destrutivas por meio de um ato reparador. Descobrir a capacidade de reparação e transformá-la em uma ação construtiva só acontece na presença de uma mãe que sustenta a situação no tempo e sobrevive.

conquistado suportará as novas experiências instintivas. O problema para o bebê é que, embora ele tenha alcançado a ambivalência (via fusão do potencial erótico com o agressivo), ele ainda não conquistou a *capacidade para a ambivalência*; sendo assim, reconhecer que o relacionamento excitado inclui ataque e destruição à mãe e ao corpo da mãe ainda o atormenta e lhe provoca ansiedade. Caso tenha conquistado o concernimento ou culpa pessoal, o bebê entra em um estado de contemplação durante o qual tenta separar o que é bom do que é mau para poder decidir como usará esses elementos nos relacionamentos interpessoais. É também a culpa que faz com que o bebê se perceba responsável e busque imaginar um modo de ser construtivo, isto é, reparar o que foi feito. Restituir, reconstruir, reparar se referem à possibilidade de o bebê fazer alguma coisa pelo dano causado à mãe e têm a função de neutralizar as preocupações do bebê no tocante à sua agressividade, e não o sentido de recompensar a mãe pelas experiências em que estavam envolvidos.

Assim, tendo alcançado o concernimento, o bebê efetivamente se preocupa em proteger a mãe de sua própria destrutividade. Quando finalmente chega a uma conciliação entre a satisfação instintual e a proteção da mãe, pode-se dizer que o bebê encontrou uma solução pessoal para o problema da destrutividade. Ele conquistou a capacidade de *tolerar* “o sentimento de culpa suscitado por seus impulsos e ideias destrutivas, de tolerar se sentir responsável, de modo geral, por ideias destrutivas” e também se tornou “confiante em seus impulsos de reparação e oportunidades de contribuição” (Winnicott, 1965b/1990, p. 97). O bebê conquista um código moral pessoal que norteará o relacionamento com a mãe e todas as outras pessoas.

## **5. Considerações finais**

Com tudo isso é possível dizer que, se a conquista da *crença em* é o solo da moralidade, a conquista do concernimento ou conquista da culpa pessoal é o alicerce para que a criança possa organizar seu código moral pessoal, tornando a capacidade para responsabilizar-se por suas ações e pensamentos uma parte do si mesmo.

Desse modo, considera-se que, diferentemente das teorias aqui mencionadas, a teoria moral de Winnicott tem um caráter universal, não está vinculada à questão da sexualidade nem mesmo à questão do gênero. De maneira distinta, Winnicott pensa a capacidade para ser pessoalmente moral como uma conquista do amadurecimento não relacionada à ideia de transgressão e de lei nem sequer associada ao conflito edipiano.

Ao definir a moralidade pessoal como decorrência do amadurecimento, Winnicott desconstrói o superego freudiano, adotando a conquista da capacidade para ser preocupado e responsável, ou, como às vezes denomina, conquista da culpa pessoal, como base para a capacidade para o envolvimento, a responsabilidade e o cuidado.

Por fim, vale destacar que poucas vezes Winnicott usa o termo “superego pessoal” como sinônimo de culpa pessoal, mas, sempre que o faz, é para contrapô-lo com a noção de um falso superego, ou falsa culpa, que não se origina do processo integrador da criança, mas do ensinamento e do treino que operam submetendo o verdadeiro si-mesmo.

## Referências

- Erikson, E. H. (1976a). *Infância e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Erikson, E. H. (1976b). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gilligan, C. (1982). *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Gurfinkel, D. (2001). Fé perceptiva e experiência de realidade. *Natureza humana*, 3(1), 141-173.
- Kehl, M. R. (2002). *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Loparic, Z. (2000). A moralidade e o amadurecimento. *Anais do IX Encontro Latino-Americano sobre o Pensamento de D. W. Winnicott* (pp. 303-315).
- Moraes, A. A. R. E. (2005). *A contribuição winnicottiana para a teoria e clínica da depressão*. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- Penna, A. G. (1999). *Introdução à filosofia da moral*. Rio de Janeiro: Imago.
- Perdigão, A. C. (2003). A ética do cuidado na intervenção comunitária e social: os pressupostos filosóficos. *Revista Análise Psicológica*, 4(21), 485-497.
- Santos, É. S. (2008). Winnicott e o perigo da prostituição da educação. *Aprender*, ano 6, n. 11, 179-197.
- Silva, D. C. G. Gomes da (2006). *Winnicott e as raízes da moralidade*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- Winnicott, D. W. (1982). *A criança e seu mundo*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Ed. (Trabalho original publicado em 1964; respeitando-se a classificação de Huljmand temos 1964a)
- Winnicott, D. W. (1988). *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1987; respeitando-se a classificação de Huljmand temos 1987a)
- Winnicott, D. W. (1990). *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1965; respeitando-se a classificação de Huljmand temos 1965b)
- Winnicott, D. W. (1990). *O gesto espontâneo*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1987; respeitando-se a classificação de Huljmand temos 1987b)
- Winnicott, D. W. (1999). *Conversando com os pais*. São Paulo: Martins Fontes.

(Trabalho original publicado em 1993; respeitando-se a classificação de Huljmand temos 1993a)

Winnicott, D. W. (1999). *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes.

(Trabalho original publicado em 1963; respeitando-se a classificação de Huljmand temos 1963b)

Winnicott, D. W. (1999). *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1986; respeitando-se a classificação de Huljmand temos 1986b)

Winnicott, D. W. (2000). *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1958; respeitando-se a classificação de Huljmand temos 1958a)